

“Quando o Parlamento Começa Finalmente a Ouvir”

Nota Pública / Artigo de Opinião

Durante demasiado tempo, a deficiência auditiva foi tratada em Portugal como uma realidade invisível. Não porque não existissem centenas de milhares de pessoas afetadas, mas porque o país habituou-se a olhar para a audição apenas como um assunto clínico, reduzido a consultas, aparelhos e exames. Esqueceu-se aquilo que verdadeiramente está em causa: comunicação, participação social, dignidade humana, autonomia, envelhecimento ativo e igualdade de oportunidades.

A recente conclusão da Petição n.º 112/XVII/1.^a — “Solicitam um debate na Assembleia da República sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Auditiva (com perda ligeira a profunda) em Portugal” — representa, por isso, um momento particularmente simbólico e relevante no contexto nacional.

Embora a petição não tenha reunido o número de assinaturas necessário para debate obrigatório em plenário, o Relatório Final aprovado pela Comissão de Saúde da Assembleia da República acabou por assumir uma relevância institucional bastante superior àquela que inicialmente poderia ser expectável.

Pela primeira vez de forma tão abrangente, um documento parlamentar português reconhece oficialmente preocupações ligadas à Saúde Auditiva, acessibilidade auditiva, rastreios auditivos, inclusão social, incapacidade auditiva, envelhecimento e acesso à reabilitação auditiva.

O Relatório sintetiza e legitima várias propostas apresentadas pela OUVIR – Associação Portuguesa de Portadores de Próteses e Implantes Auditivos e pelos peticionários, nomeadamente:

- a necessidade de um Plano de Saúde Auditiva mais abrangente;
- maior participação de aparelhos auditivos, próteses e implantes;
- atualização tecnológica regular de processadores de implantes auditivos;
- revisão dos critérios de incapacidade auditiva;
- reforço da acessibilidade auditiva através de sistemas FM, aros de indução magnética, legendagem e acessibilidade escrita digital;
- rastreios auditivos ao longo da vida;

- e melhores condições de inclusão profissional e social.

Mas talvez exista um aspeto ainda mais importante: o reconhecimento implícito de que a deficiência auditiva não pode continuar a ser encarada apenas numa perspetiva médica ou assistencialista.

A perda auditiva afeta profundamente a forma como as pessoas vivem, trabalham, estudam, convivem e envelhecem. Afeta crianças em contexto escolar, adultos em contexto profissional e idosos frequentemente remetidos ao isolamento social. Mesmo com os extraordinários avanços tecnológicos das próteses auditivas e implantes cocleares, a audição natural não é restaurada. Persistem fadiga auditiva, dificuldades em ambientes ruidosos, limitações de compreensão e necessidade contínua de apoio técnico e adaptação social.

Talvez uma das ideias mais importantes deste relatório seja precisamente essa: a tecnologia ajuda, mas não elimina a deficiência.

Portugal continua ainda atrasado relativamente a muitos países europeus na implementação de políticas modernas de Saúde Auditiva e acessibilidade comunicacional. Persistem tempos de espera prolongados, limitações de acesso, dificuldades na continuidade de cuidados, insuficiente atualização tecnológica e ausência de uma estratégia nacional verdadeiramente estruturada.

Ao mesmo tempo, a sociedade portuguesa envelhece rapidamente. Ignorar a perda auditiva significa também ignorar problemas associados ao isolamento, depressão, declínio cognitivo e perda de qualidade de vida de milhares de idosos.

Por isso, este relatório parlamentar não deve ser visto como um ponto final administrativo. Deve ser entendido como um ponto de partida político, social e humano.

O próprio Relatório recomenda o envio formal da Petição e respetivo Relatório ao Ministério da Saúde, bem como o seu conhecimento aos Grupos Parlamentares e Deputados únicos representantes de Partido, para eventual ponderação futura de medidas legislativas ou resolutivas.

Mais relevante ainda: a Comissão de Saúde refere não ter identificado petições anteriores semelhantes sobre esta temática no contexto parlamentar português.

Isto significa que a deficiência auditiva entrou finalmente, de forma clara e

estruturada, no radar político nacional.

Talvez o mais importante não seja saber se esta petição terminou formalmente no Parlamento.

Talvez a verdadeira pergunta seja outra:

Estaremos finalmente preparados para ouvir quem, durante tantos anos, teve de lutar para ser escutado?

Porque ouvir não é apenas captar sons.

É comunicar.

É participar.

É pertencer.

E, acima de tudo, é um direito.

António Ricardo Antunes Miranda
Engenheiro Electrotécnico e de Computadores, de Controlo e Robótica
Pessoa com deficiência auditiva
Presidente e Sócio Fundador

OUVIR – Associação Portuguesa de Portadores de Próteses e Implantes Auditivos

Emails: aricardomiranda@gmail.com | ouvir.apppia@gmail.com | ouvir2011@gmail.com

WhatsApp (apenas texto): +351 969 917 317

Website: www.ouvir.pt